

APRESENTAÇÃO

A ameaça, que pesa sobre o homem, não vem, em primeiro lugar, das máquinas e equipamentos técnicos, cuja ação pode ser eventualmente mortífera. A ameaça propriamente dita, já atingiu a essência do homem. [...] a essência da técnica há de guardar em si a medrança do que salva [...] porém, não nos é permitido esperar que, no perigo, se possa apanhar a força salvadora, imediatamente e sem preparação [...] torna-se mister olhar, com um olho mais vivo ainda, o perigo [...]. (HEIDEGGER, 2002, p. 30-31).

Os estudos das ciências têm apontado transformações no regime de produção de conhecimento em diferentes modelos (modo2, tríplice hélice, ator-rede, pós-acadêmico etc.), enfatizando suas características interdisciplinares, multiatores e multilocais. Buscando explicar a realidade, modelos criam imagens interpretativas que nela interferem por funcionarem como parâmetros para o agir. As diferenças e prognósticos implícitos que apresentam indicam não só cargas locais, culturais ou ideológicas na sua construção mas, especialmente, que diferentes forças em ação ainda não encontraram estabilização, de modo que estaríamos ainda num momento de transição.

A comunicação, a informação e o documento têm centralidade nestes modelos desenhados por relações, muito embora encontrem-se aí diferentes entendimentos do que são, para que são usados, de que maneira são construídos, por quem, suas características, implicações e efeitos.

Neste número da LOGEION cada artigo, de modo direto ou indireto, oferece aos leitores elementos para reflexão e ação neste momento ainda não decidido, tanto como sujeitos inseridos no mundo em que se operam estas transformações quanto como estudiosos dos fenômenos comunicacionais e infodocumentais no contemporâneo. Isto porque, cada artigo, a seu modo, aponta a demanda de ação e reflexão ética na comunicação e no infodocumental, fenômenos passíveis de políticas, gestão e manobras em seus entendimentos e usos.

A profissionalização normativa, como processo ético-reflexivo dos profissionais, diante situações de incerteza de como agir, encontra abertura, neste momento ainda indecído do modo de se produzir o conhecimento e a vida em comum, em ambientes onde a cultura organizacional tem uma perspectiva de cooperação e aprendizagem. É



neste sentido que a segunda parte do artigo "*Humanistic information studies: a proposal*", de **Harry Kunneman**, aponta para a possibilidade de reversão da tendência, indicada por Habermas, de colonização do mundo da vida pelo sistema. Na interlocução com Ricoeur, Sennett e Schön, constrói o conceito de profissionalização normativa que requer profissionais com coragem para enfrentar problemas de interesse humano, capacidade de suportar lidar com a incerteza e dedicados ao "artesanato dialógico", como abertura atual em vista de humanizar as organizações, ou, nos termos habermasianos, o sistema.

É possível uma abordagem marxista da produção imaterial, de informação e conhecimento? E que tendências e riscos ela nos apontaria? O percurso de **Rodrigo Moreno Marques** em "Trabalho, informação e conhecimento: relendo Marx na era da informação", nos indica o caminho, alicerçando-se nas assertivas de Marx da mercadoria como todo bem que satisfaça necessidades humanas e do trabalho no capitalismo como trabalho coletivo, inclui-se como trabalho produtivo o chamado por alguns de imaterial. Com a apresentação dos modos de subsunção do trabalho pelo capital: (i) formal, onde a coordenação do trabalho limitava-se ao seu resultado, mas não os plano e conhecimento de sua realização; (ii) real, quando a coordenação do trabalho inclui a coordenação de seu conhecimento, o artigo aponta para a subsunção real do trabalho da era da informação, na emergência massiva de trabalhadores desqualificados nas indústrias e serviços digitais e de informação. Considerando os modelos do novo modo de produção do conhecimento, o texto de Rodrigo Moreno Marques nos leva a pensar se haveria também tendência à subsunção real pelo capitalismo do trabalho de pesquisa, até agora mais ou menos restrita aos resultados de sua produção, avançando para sua total coordenação.

A tendência de relações múltiplas e ampliadas na construção da vida e do conhecimento também faz aparecer diferenças. Informação, documento e comunicação, meios de entendimento para construções em comum destes diferentes, também podem ser instrumentos estratégicos de manipulação, ocultamento e violência simbólica, seja intencional, seja por percepções limitadas ou distorcidas de seu caráter, limites e alcances.

No artigo "Informação e ideologia: diálogos filosóficos no âmbito do proselitismo informacional", **Jonathas Luiz Carvalho Silva** afirma: que "toda produção informacional é ideológica". Dialoga com Marx, Mannheim, Thompson e Bakhtin afim de elencar suas caracterizações e cotejá-las às práticas de convencimento e imposição subjacentes em validações e probatórios acerca da "verdade" ou "correção" de informações, o proselitismo informacional. Não se trata de apontar um caminho para a desideologização da produção do informacional, mas de uma desmistificação que a coloque em seu lugar: ideológica. Seus argumentos fortalecem as possibilidades críticas e mais autônomas de informações e contrainformações que deturpam em vista de manobras de controle de pontos de vista e resistências. Ao mesmo tempo, sua desmistificação requer "um olhar mais cauto para o outro", e demanda uma postura ética de respeito a diferentes modos de construção da informação.

Também é na indagação sobre limites, alcances e riscos no âmbito do informacional que, na interlocução com três importantes filósofos, **Luciana de Souza Gracioso** e **Lourival Pereira Pinto**, trabalham em "Sobre os limites e alcances da interpretação: reflexões a partir de Heidegger, Husserl e Wittgenstein". O trabalho aponta criticamente ao enrijecimento da interpretação e ao empobrecimento dos jogos de significação decorrentes de condicionamentos representacionais e, ao mesmo tempo, propõem "pensar sistemas abertos que otimizem a participação, interação e comunicação do usuário". Partindo do conceito de compreensão de Heidegger, acolhimento que abre a possibilidade de significação e interpretação, passam à proposição husserliana de que a consciência intencional, ao visar algo, preenche sua experiência com significação, a partir de juízos que já têm destas coisas, ou postulando para elas novos juízos. Portanto, com os dois primeiros interlocutores nossos autores apresentam juízos e entendimentos anteriores acumulados, experiências prévias que ancoram, permitem e limitam significações e interpretações. Com Wittgenstein, estes limites e possibilidades são claramente referidos aos outros, com os quais convivemos, aprendemos a linguagem, seu uso, suas regras para construção do pensamento. Limite, portanto, não como limitação ou imobilização, mas como abertura, possibilidade, não de uma interpretação ou significação isolada, mas uma que se desenvolve nos jogos de linguagem.

III

O estudo dos arquivos, memórias validadas e institucionais, as forças e interesses que interferem na sua construção, aparecem no campo da CI nas análises do documento e da ação de documentar, da informação e das ações de informação. As produções de realidades infodocumentais comunicam uma memória e visam um futuro. Suas análises têm desvelado um complexo campo de relações na concorrência produtora destas realidades documentais e informacionais, que participam da construção da realidade social. A este desvelamento tem correspondido a demanda de um agir ético-reflexivo dos profissionais de informação, para além da competência técnica de seu fazer.

É neste sentido que vemos o artigo de **Eliezer Pires da Silva**, "A dimensão informacional do fenômeno arquivístico". A "informação arquivística" coloca o autor no encaixe da invenção do informacional em sucessivas construções do social, até seu entendimento como recurso simbólico passível de gestão e políticas. Pode-se pensar em "informação arquivística" quando se observa no arquivo a integração entre a custódia e rastreabilidade de suas referências (por instrumentos de representação). Este campo de documentos probatórios e seus conteúdos rastreáveis está condicionado por visões intervenientes diversas, porque é passível de gestão. Aí se constrói uma memória não só das administrações, mas das próprias lógicas de construção destas memórias. Com suas proposições, Eliezer Pires da Silva nos coloca a indagação dos arquivos como objeto de pesquisa, não de seus conteúdos, o que já sempre se fez, mas dos próprios arquivos, sua construção, sua genealogia.

No mesmo sentido, **Alessandra de Sá Mello da Costa**, **Marcelo Almeida de Carvalho Silva** e **Carlos Arthur Vieira Silva**, a partir do campo da história organizacional, abordam a construção de memórias-identidade por documentos, analisando o *site* do Museu Histórico da Fundação Bradesco. A construção de uma imagem de sucesso e sem retoques, como estratégia de *marketing*, utiliza a exibição documental e de objetos como evidências materiais da história-imagem narrada. A pesquisa evidencia a tentativa de apagamento das informações sobre privilégios obtidos pela organização durante a ditadura militar brasileira, que (re)aparecem na Comissão Nacional da Verdade. Uma primeira indagação, diante das análises, é o uso de documentos como evidência de sua irreparável história, porque não são documentos

falsos. Conforme Buckland (1991, p. 353, tradução livre nossa), [...] o termo “evidência” implica passividade. Evidência [...] não faz nada ativamente”, para ser evidência, é preciso que alguém tenha colocado em evidência, em foco. A pergunta implícita é o que se pode “ler” de não escrito nestes construtos da memória organizacional? É sobre esta abertura que o estudo das histórias organizacionais indaga os silêncios e o silenciado, assim como indaga a eloquência das evidências documentais e inserem no seu espectro fontes outras, não oficiais e, diríamos nós, nem sempre institucionalmente validadas.

A extensão do direito à privacidade, dos cidadãos às instituições do Estado e às organizações no Ocidente, se apresenta hoje, para **Ronald E. Day**, como condicionante de uma assimetria no que se refere ao direito à informação, no seu artigo "*Information ethics: normative and critical perspectives*". A proteção, por direito de privacidade, destas instituições e organizações, que podem acessar, usar e abusar da informação para usos estratégicos (políticos e de mercado), inibem as possibilidades de um real direito à informação. Os estudos da ética, das prescrições e normas legais precisariam indagar sobre as condições da configuração atual que impossibilitam o direito à informação e, articulado a este, às liberdades de expressão. Day chama todos à responsabilidade ética, incluindo tais instituições e organizações, na construção de políticas e instrumentos legais de acesso à informação, como condição para o direito à informação, que, por sua vez, vê como condição contemporânea de direito à verdade. Direito que permita o acesso e o uso de informações de interesse público para pensar as escolhas, o agir e o governo dos homens.

Referências

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n.5, p. 3651-369, June 1991

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. In: _____. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2001.